

Rua Pref. João Ribeiro da Silveira, 550 - CEP 15460-000 - ICÉM - SP Fone:(17) 3282-9111 - Fax:(17) 3282-9115 - e-mail: contato@icem.sp.gov.br



CNPJ 45.726.742/0001-37

LEI MUNICIPAL Nº 1.725/2009.

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.679/2007, de 14 de novembro de 2007, e dá outras providências.

SAMIR VICENTE DE MORAIS, Prefeito do Município de Icém, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- ARTIGO 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 1.679/2007, de 14/11/2007, e dá outras providências conforme se segue:
- ARTIGO 2º O artigo 4º da referida Lei passará a ter a seguinte redação:
 - Artigo 4º Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão colegiado autônomo, normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador das questões afetas ao meio ambiente, que será composto por representantes do Poder Público, Executivo e Legislativo, entidades ambientais e representantes da sociedade civil.
 - § 1º- O Conselho Municipal do Meio Ambiente terá a seguinte composição:
 - a) dois (2) representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito;
 - b) dois (2) representantes do Poder Legislativo;
 - c) um (1) representante do Setor Agrícola;
 - d) um (1) representante do Setor Educacional;
 - e) um (1) representante dos Moradores da Vila de Furnas;
 - f) um (1) representante dos Moradores da Vila Irmãos Terruggi;
 - g) um (1) representante do Conjunto Habitacional Jerônimo Machado da Silveira;
 - h) um (1) representante Morador do Centro da Cidade.
 - § 2º- Fará parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o Diretor do Departamento Municipal de Meio Ambiente que exercerá as funções de seu Presidente.
 - § 3º- A Diretoria do Departamento do Meio Ambiente com caráter global e integração de planos e projetos que contemplem o respectivo setor, de modo a assegurar, em cooperação com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, a preservação, a melhoria e a recuperação dos recursos naturais;

A



Rua Pref. João Ribeiro da Silveira, 550 - CEP 15460-000 - ICÉM - SP Fone:(17) 3282-9111 - Fax:(17) 3282-9115 - e-mail: contato@icem.sp.gov.br



CNPJ 45.726.742/0001-37

ARTIGO 3º - Acrescenta o artigo 5º na letra I do Parágrafo 3º do artigo 4º:

ARTIGO 5° - Ao Conselho Municipal do Meio compete:

- I- participar da formulação das diretrizes da política Municipal do Meio Ambiente com caráter global e integração de planos e projetos que contemplem o respectivo setor, de modo a assegurar, em cooperação com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, a preservação, a melhoria e a recuperação dos recursos naturais;
- II participar da elaboração, com os poderes públicos, de todos os atos legislativos e regulamentadores concernentes ao meio ambiente;
- III estabelecer normas técnicas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, observadas a Legislação Federal, a Estadual e a Municipal;
- IV definir áreas prioritárias de ação governamental visando a melhoria da qualidade ambiental do Município;
- V opinar sobre a realização de estudo das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos e privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias;
- VI desenvolver, pelos meios necessários, ação educacional que sensibilize sociedade quanto ao dever de defesa e preservação do meio ambiente:
- VII opinar e dar parecer sobre a concessão de licença para instalação de atividades utilizadoras de recursos naturais e sobre as multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal;
- VIII -homologar os termos de compromisso, visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental;
 - IX opinar e dar parecer sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
 - X formular e aprovar o seu regimento interno;
 - XI organizar e regulamentar, a cada dois (2) anos, as pré-conferências e a Conferência Municipal do Meio Ambiente para a eleição dos Conselheiros Municipais do Meio Ambiente.

ARTIGO 4º - O artigo 5º passa a ser artigo 6º e terá nova redação:

Artigo 6° - Os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente serão designados pelos respectivos órgãos, pela municipalidade devendo estes serem ou estarem envolvidos com atividades voltadas ao meio ambiente.

1



Rua Pref. João Ribeiro da Silveira, 550 - CEP 15460-000 - ICÉM - SP Fone:(17) 3282-9111 - Fax:(17) 3282-9115 - e-mail: contato@icem.sp.gov.br

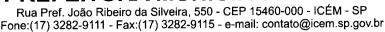


CNPJ 45.726.742/0001-37

- § 1º- Os Conselheiros não serão remunerados e o exercício de seus cargos será considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.
- § 2º- Os Conselheiros municipais do Meio Ambiente tomarão posse em 1º de fevereiro e terão mandato de dois (2) anos permitida uma única reeleição no mesmo cargo.
- § 3º Os primeiros membros do Conselho tomarão posse após aprovação desta Lei, devendo portanto, permanecerem por 15 (quinze) meses, até o dia 31 de janeiro de 2011, podendo portanto serem reeleitos.
- ARTIGO 5° O artigo 6° passa a ser artigo 7° onde se acrescenta o item VII:
 - VII destruir, dificultar, aterrar nascentes, impedir a regeneração da mata ciliar;
- ARTIGO 6° O artigo 7° passa a ser artigo 8°:
- ARTIGO 7º O artigo 8º passa a ser artigo 9º que altera o item IV, dando nova redação:
 - IV cassação do alvará de licença concedida, a ser efetuada pelo órgão competente do Município, em atenção ao parecer técnico emitido pela Diretoria do Departamento de Meio Ambiente.
- **ARTIGO 8º** O artigo 9º passa a ser artigo 10, onde se acrescenta o Parágrafo Único:
 - § Único: Obriga-se o infrator em reparar o dano causado ao meio ambiente
- ARTIGO 9º O artigo 10 passa a ser artigo 11, dando nova redação ao Parágrafo Único:
 - § Único Os recursos serão dirigidos ao Diretor do Departamento do Meio Ambiente e interpostos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento pelo infrator da decisão recorrida.
- ARTIGO 10 O artigo 11 passa a ser artigo 12, com nova redação:
 - Artigo 12 Das decisões do Diretor do Departamento do Meio Ambiente caberá recurso para o Prefeito Municipal, sem efeito suspensivo.
 - § 1°) Os recursos serão dirigidos ao Prefeito Municipal a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento pelo infrator da notificação da decisão recorrida.
 - § 2°) É irrecorrível, em nível administrativo, a decisão, proferida pelo Prefeito Municipal, relativa a aplicação de penalidades e outras sanções inerentes a presente lei.

A .







CNPJ 45.726.742/0001-37

ARTIGO 11 - O artigo 12 passa a ser artigo 13, com a mesma redação.

ARTIGO 12 - O artigo 13 passa a ser artigo 14, com a mesma redação.

ARTIGO 13 - O artigo 14 passa a ser artigo 15, com a mesma redação.

ARTIGO 14 - Cria o artigo 16.

Artigo 16 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente proveniente de doações e transferências de outras esferas de Governo não poderão ser usados em finalidades adversas a sua destinação, exceto com autorização de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

ARTIGO 15 - O artigo 15 passa a ser artigo 17, com a mesma redação.

ARTIGO 16 - O artigo 16 passa a ser artigo 18, com a mesma redação.

ARTIGO 17 - O artigo 17 passa a ser artigo 19, com a mesma redação.

ARTIGO 18 - O artigo 18 passa a ser artigo 20

ARTIGO 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

Icém, 09 de outubro de 2009

SAMIR VICENTE DE MORAIS

Prefeito Municipal

Registrada, publicada e fixada no local de costume desta Prefeitura na data supra, e em seguida publicada em jornal de circulação na cidade e região.

MOACIR JOSÉ MELLOTE
Oficial de Gabinete